

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2025. Em atendimento ao disposto no Artigo 133, § 6º, da Lei Nº 6.404/1976, informamos que a Companhia adota a Política de Direitos Humanos, Diversidade, Equidade & Inclusão e Responsabilidade Social estabelecida por sua controladora, Gerdau S.A., a qual estabelece as diretrizes voltadas à promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades em todas as instâncias organizacionais. No que se refere à composição do órgão de Administração, ao término do exercício de 2025, a Companhia apresentava um percentual de 11% de participação feminina em sua Diretoria (em comparação com 11% em 31 de dezembro de 2024). As informações detalhadas sobre os dados consolidados de diversidade por gênero exigidos pelo Artigo 133, §6º, da Lei Nº 6.404/1976 podem ser consultadas no site de Relações com Investidores da Gerdau S.A. (<<https://ri.gerdau.com/>>), na seção “Assembleias e Reuniões” e “Proposta da Administração”. As vendas atingiram 2,9 milhões de toneladas no ano de 2025, enquanto a receita líquida de vendas alcançou R\$ 15,2 bilhões em 2025, em linha com o ano de 2024. Nesse cenário, a margem bruta (lucro bruto dividido pela receita

líquida de vendas) foi de 1,4% . A Companhia apurou prejuízo de R\$ 638,1 milhões em 2025, principalmente por itens não recorrentes no valor de R\$ 452,2 milhões, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos de suas plantas industriais reconhecidos como perdas pela não recuperabilidade do imobilizado, conforme divulgado na Nota Explicativa Nº 9 das Demonstrações Financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 15,4 bilhões, representando um valor patrimonial de R\$ 11.877,69 por ação. A dívida bruta da Companhia composta por empréstimos, financiamentos e debêntures somava R\$ 1.723,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, dos quais 11,3% eram de curto prazo e 88,7% de longo prazo. O caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$ 133,2 milhões ao final de 2025. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores e colaboradoras, pelo empenho e dedicação dispensados.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	133.212	93.470
Contas a receber de clientes	4	1.278.696	1.214.520
Estoques	5	3.114.541	3.385.848
Créditos tributários	6	526.842	520.165
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		683	123.442
Dividendos a receber		-	15
Outros ativos circulantes.....		161.592	128.793
		<u>5.215.566</u>	<u>5.466.253</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Créditos tributários.....	6	1.029.353	1.157.846
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	7	1.038.038	1.032.617
Partes relacionadas	18	94	658
Depósitos judiciais	17	51.586	187.528
Adiantamento para futuro investimento em participação societária	8	-	3
Outros ativos não circulantes.....		186.653	58.835
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial.....	8	7.943.569	7.832.183
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos	12	427.681	466.536
Ativo biológico.....	10	1.407.894	1.308.210
Outros intangíveis	11	119.800	107.132
Imobilizado	9	<u>2.923.152</u>	<u>3.064.234</u>
		<u>15.127.820</u>	<u>15.215.782</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>20.343.386</u>	<u>20.682.035</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS			
	23	15.196.060	15.236.569
Custo das vendas	24	<u>(14.983.274)</u>	<u>(14.246.799)</u>
LUCRO BRUTO		212.786	989.770
Despesas com vendas	24	(400.546)	(380.677)
Despesas gerais e administrativas	24	(440.935)	(476.816)
Outras receitas operacionais.....	24	172.166	15.858
Outras despesas operacionais	24	(200.899)	(153.145)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos financeiros	24	678	(15.283)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	24	(452.254)	(199.627)
Resultado da equivalência patrimonial	8	<u>813.172</u>	<u>521.355</u>
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO			
FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		(295.832)	301.435
Receitas financeiras	25	124.441	137.048
Despesas financeiras	25	(497.661)	(452.338)
Variação cambial, líquida	25	43.633	(148.289)
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido	25	<u>(16.585)</u>	<u>14.297</u>
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS			
		(642.004)	(147.847)
Corrente	7	(1.477)	(5.123)
Diferido.....	7	<u>5.421</u>	<u>244.817</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>3.944</u>	<u>239.694</u>
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
		<u>(638.060)</u>	<u>91.847</u>
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	22	<u>(494,21)</u>	<u>74,81</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
(Prejuízo) Lucro líquido apurado na Demonstração dos Resultados	(638.060)	91.847
Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro		
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*).....	(775.239)	1.586.497
Perdas não realizadas em <i>hedge</i> de investimento líquido (*)	(6)	-
Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro		
Remensurações com planos de benefícios a empregados (*)	10.816	7.267
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	<u>(764.429)</u>	<u>1.593.764</u>
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	<u>(1.402.489)</u>	<u>1.685.611</u>

(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimento em empresa controlada. As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva de Investimentos e capital de giro			
Saldos em 01/01/2024	<u>5.554.212</u>	<u>1.335.147</u>	<u>399.538</u>	<u>1.589.686</u>	<u>2.551.412</u>	-	<u>2.718.977</u>	<u>14.148.972</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	91.847	-	91.847
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício.....	-	-	-	-	-	-	1.593.764	1.593.764
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	91.847	1.593.764	1.685.611
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas.....	-	-	-	-	-	-	(21.325)	(21.325)
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	22.051	22.051
Dividendos distribuídos com base em reservas.....	-	-	-	-	(317.966)	-	-	(317.966)
Destinações propostas em Assembleia Geral:								
Reserva para investimentos e capital de giro.....	-	-	-	-	64.293	(64.293)	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(27.554)	-	(27.554)
Saldos em 31/12/2024 (Nota 21)	<u>5.554.212</u>	<u>1.335.147</u>	<u>399.538</u>	<u>1.589.686</u>	<u>2.297.739</u>	-	<u>4.313.467</u>	<u>15.489.789</u>
Saldos em 01/01/2025	<u>5.554.212</u>	<u>1.335.147</u>	<u>399.538</u>	<u>1.589.686</u>	<u>2.297.739</u>	-	<u>4.313.467</u>	<u>15.489.789</u>
Prejuízo líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	(638.060)	-	(638.060)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício.....	-	-	-	-	-	-	(764.429)	(764.429)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	(638.060)	(764.429)	(1.402.489)
Aumento de capital.....	1.300.000	-	-	-	-	-	-	1.300.000
Aumento de capital através de capitalização de Reservas de Lucros	3.436	-	-	(3.436)	-	-	-	-
Reclassificação para Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	3.436	(3.436)	-	-	-
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas.....	-	-	-	-	-	-	8.632	8.632
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	1.856	1.856
Destinações propostas em Assembleia Geral:								
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	(638.060)	638.060	-	-
Saldos em 31/12/2025 (Nota 21)	<u>6.857.648</u>	<u>1.335.147</u>	<u>399.538</u>	<u>1.589.686</u>	<u>1.656.243</u>	-	<u>3.559.526</u>	<u>15.397.788</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONTINUA





CONTINUAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdaul Aços Longos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdaul Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdaul S.A., a qual, em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos, e minério de ferro para consumo próprio. Além disso, a Gerdaul S.A. e suas controladas acreditam ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transformam, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdaul estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo e Nova Iorque. As Demonstrações Financeiras da Gerdaul Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 25/03/2026.

2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação: As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na Nota 2.18. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros e ativo biológico, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2025. A Companhia elaborou suas Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Individuais, as quais devem ser lidas em conjunto.
a) Método de Equivalência Patrimonial - De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.
2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira:
a) Moeda funcional e de apresentação: É a moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
b) Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidas na Demonstração do Resultado.
c) Investimentos: Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para Reais (R\$).
2.3 - Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado a valor justo e, subsequentemente, classificado como mensurado: a) a custo amortizado, b) a valor justo por meio do resultado ou c) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.
a) Ativos financeiros ao custo amortizado: Ativos classificados nesta categoria são mensurados utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Ativos classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações, incluindo juros, reconhecidos diretamente no resultado.
c) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros: A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo para obtê-las. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros na linha Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros na Demonstração do Resultado.
d) Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
e) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
f) Mensuração dos instrumentos financeiros: Um ativo financeiro é mensurado, subsequente ao reconhecimento inicial, ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita individualmente por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
g) Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.
2.4 - Estoques: São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na Nota 5.
2.5 - Imobilizado: A Companhia mensura o imobilizado pelo seu custo histórico deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.
2.6 - Ativo biológico: O ativo biológico é mensurado ao valor justo, exceto quando se referem a plantios ainda em fase de formação, os quais são mensurados pelo custo histórico, deduzido de amortização e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. A avaliação do ativo biológico é feita pela Companhia e os ganhos ou perdas na variação são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. O valor justo do ativo biológico no local e nas condições atuais é mensurado através do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado. A exaustão das reservas florestais é calculada tomando-se por base o volume de madeira cortada em relação ao volume potencial existente.
2.7 - Outros ativos intangíveis: São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos principalmente por desenvolvimento de *software* e estes gastos são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos da norma, em especial, a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.8). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.
2.8 - Perda para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de perdas: Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem indicadores de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais indicadores, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no ágio da empresa, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas

circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a perda original não tivesse sido registrada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.
2.9 - Investimentos: Os investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas subsequentemente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.
2.10 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais:
a) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo e, subsequentemente, classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.
b) Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
2.11 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
2.12 - Benefícios a empregados: A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.
2.13 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).
2.14 - Transações com partes relacionadas: Os contratos de mútuos são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.
2.15 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: O estatuto social prevê dividendos não inferiores a 30% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal e a constituição de reserva de incentivos fiscais; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.
2.16 - Reconhecimento da receita de vendas: As vendas líquidas são apresentadas líquidas de impostos e descontos. O julgamento crítico feito pela Companhia é apresentado na Nota 2.18 e, com relação ao reconhecimento de receita, considera que tal reconhecimento é derivado da única obrigação de desempenho de transferir seus produtos ou serviços de acordo com contratos e acordos comerciais. A transferência do controle e o cumprimento da obrigação de desempenho da Companhia ocorrem ao mesmo tempo, momento no qual a receita da venda de mercadorias e serviços é reconhecida pela Companhia. Leva-se ainda em consideração que o comprador obtém os benefícios das aquisições, os fluxos de caixa potenciais e o valor da receita (preço da transação) pode ser mensurado de forma confiável, e a contraprestação deve ser transferida, o que significa que é provável que a Companhia receba a contraprestação a que tem direito em troca dos produtos ou serviços.
2.17 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais: Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou capitalizados conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.
2.18 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, ao momento do reconhecimento da receita de vendas (Nota 2.16), à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (Nota 9), ativo biológico (Nota 10), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 17), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (Nota 7). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.
2.19 - Operações de arrendamento mercantil: A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.
2.20 - Fornecedores (Fornecedores e Fornecedores risco sacado): Os saldos de fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante devido ao vencimento em até um ano no Balanço Patrimonial e no Fluxo de Caixa as variações são apresentadas como aumento ou redução de contas a pagar. Estes valores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado por instituições financeiras. A operação de risco sacado é um acordo de financiamento de fornecedores, em que a instituição financeira quita os valores que a Companhia deve a seus fornecedores e a Companhia concorda em pagar a instituição financeira conforme os termos e condições do acordo. A transferência do direito de recebimento dos títulos da Companhia, a critério do fornecedor, não muda o prazo de pagamento como também não implica no pagamento de juros por parte da Companhia, na medida que o custo financeiro de tal transferência é de responsabilidade do fornecedor. A composição dos saldos de fornecedores é apresentada na Nota 13.
2.21 - Passivos tributários: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões tributárias, conforme divulgado na Nota 17. Na Nota 2.18, a Companhia divulga que as provisões para passivos tributários requerem o uso de julgamentos e estimativas. A Companhia divulga diversos tributos relacionados a impostos indiretos (ICMS, IPI, PIS e COFINS) que se enquadram no escopo do CPC 25, o qual estabelece que um passivo é uma obrigação presente da entidade decorrente de eventos passados e cuja liquidação se espera que resulte em uma saída de recursos econômicos da entidade. Nessas discussões fiscais, eventos passados dão origem a obrigações presentes, que com base em todas as evidências disponíveis, resultaram em uma obrigação provável. Passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que a possibilidade de uma saída de recursos econômicos não é provável. Uma vez que os passivos contingentes podem se desenvolver de forma não esperada inicialmente, eles são avaliados continuamente para determinar se uma saída de recursos econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de recursos econômicos futuros seja exigida para um item anteriormente tratado como um passivo contingente, uma provisão é reconhecida nas Demonstrações Financeiras do exercício em que a mudança na probabilidade ocorre. A Administração considera a orientação da ICP 22, com o auxílio de seus consultores jurídicos, para registrar provisões fiscais de acordo com as leis aplicáveis e considerar adequadamente as incertezas sobre o imposto de renda para fins de reconhecimento e mensuração, conforme divulgado na Nota 17. A avaliação feita pela Companhia nesses casos considera se é provável que uma autoridade fiscal aceite um tratamento tributário incerto e uma provisão é reconhecida quando o tratamento tributário incerto não for mais provável de ser aceito pela autoridade fiscal. A cada exercício, a Companhia reavalia seus julgamentos e estimativas para verificar se os fatos e circunstâncias nos quais o julgamento ou estimativa foi baseado mudaram em decorrência de novas informações que afetem o julgamento ou estimativa.
2.22 - Novos pronunciamentos: As emissões/alterações de pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos e normas, as quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras em decorrências destes pronunciamentos.
2.23 - Reforma tributária: Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") Nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar Nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação - sem cobrança de IBS e CBS). Mesmo com a publicação da mencionada lei complementar, ainda existem inúmeros aspectos da reforma que requerem regulamentação. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2025.
2.24 - Riscos de conflitos internacionais: Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto um conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de *commodities*. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração de um conflito militar e ter um impacto duradouro tanto na região do conflito quanto globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia e outras partes relacionadas

CONTINUA





GERDAU

O futuro se molda

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 07.358.761/0001-69

CONTINUAÇÃO

com as quais mantêm transações. **2.25 - Riscos climáticos:** Um número substancial de cientistas, ambientalistas, organizações internacionais, reguladores e outros analistas defendem que as mudanças climáticas globais contribuiriam, e seguirão contribuindo, para o aumento da imprevisibilidade, frequência e gravidade dos desastres naturais (entre eles, mas não limitados a furacões, secas, tornados, congelamentos, outras tempestades e incêndios) em algumas partes do mundo. Com isso, diversas medidas legais e regulatórias, além de medidas sociais, foram implantadas em diversos países visando reduzir as emissões de dióxido de carbono e de outros gases do efeito estufa, além de combater as mudanças climáticas globalmente. Tais reduções das emissões de gases do efeito estufa poderiam levar a um aumento dos custos de energia, transporte e insumos, além de exigir que a Companhia realize investimentos adicionais em instalações e equipamentos. Embora não seja possível prever o impacto das mudanças climáticas globais sem certas suposições, ou de medidas legais, regulatórias e sociais em resposta às preocupações sobre mudanças climáticas, quaisquer dessas ocorrências poderiam afetar negativamente os negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa da Companhia. **2.26 - Aumento de tarifas sobre exportações para os Estados Unidos:** A partir do anúncio feito pelo governo dos Estados Unidos, de aumento nas tarifas sobre as exportações de produtos do Brasil, a Companhia vem acompanhando, com cautela, os possíveis impactos que as tarifas dos Estados Unidos sobre o Brasil podem ter na indústria local, que poderiam ter um efeito cascata no consumo de aço no Brasil.

3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa	1.229	2.128
Bancos e aplicações de liquidez imediata	131.983	91.342
Caixa e equivalentes de caixa	133.212	93.470

Aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias ou prontamente resgatáveis, ou seja, que possuem liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo.

4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2025	2024
Contas a receber de clientes	1.308.618	1.249.959
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(29.922)	(35.439)
	<u>1.278.696</u>	<u>1.214.520</u>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2025	2024
Valores a vencer	1.273.629	1.164.596
Vencidos:		
Até 30 dias	22.113	60.741
Entre 31 e 60 dias	1.648	2.857
Entre 61 e 90 dias	39	2.531
Entre 91 e 180 dias	3.763	893
Entre 181 e 360 dias	3.009	5.967
Acima de 360 dias	4.417	12.374
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(29.922)	(35.439)
	<u>1.278.696</u>	<u>1.214.520</u>

A movimentação das perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2024	(32.111)
Créditos provisionados no exercício	(35.595)
Créditos recuperados no exercício	20.312
Créditos baixados definitivamente da posição	11.955
Saldo em 31/12/2024	<u>(35.439)</u>
Créditos provisionados no exercício	(21.082)
Créditos recuperados no exercício	21.760
Créditos baixados definitivamente da posição	4.839
Saldo em 31/12/2025	<u>(29.922)</u>

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.

5 - ESTOQUES

	2025	2024
Produtos prontos	1.707.185	1.895.142
Matérias-primas	817.748	813.622
Produtos em elaboração	397.869	487.105
Materiais de almoxarifado	196.343	188.365
Importações em andamento	8.392	6.193
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(12.996)	(4.579)
	<u>3.114.541</u>	<u>3.385.848</u>

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

Saldo em 01/01/2024	(2.125)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(6.769)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	4.315
Saldo em 31/12/2024	<u>(4.579)</u>
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(12.447)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	4.030
Saldo em 31/12/2025	<u>(12.996)</u>

6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2025	2024
Circulante		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	239.399	228.494
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	148.310	150.325
Programa de Integração Social	99.627	96.502
Imposto sobre Produtos Industrializados	29.047	28.137
Outros	10.459	16.707
	<u>526.842</u>	<u>520.165</u>
Não circulante		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	872.584	924.444
Programa de Integração Social	125.059	200.702
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	31.710	31.560
Outros	-	1.140
	<u>1.029.353</u>	<u>1.157.846</u>
	<u>1.556.195</u>	<u>1.678.011</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2025	2024
2026	-	378.042
2027	342.811	292.311
2028	193.101	297.243
2029	184.414	190.250
2030 em diante	309.027	-
	<u>1.029.353</u>	<u>1.157.846</u>

7 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(642.004)	(147.847)
Alíquotas nominais	34%	34%
Benefício de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	218.281	50.268
Ajustes dos impostos referente:		
- equivalência patrimonial	276.478	177.261
- juros sobre o capital próprio	(13)	(39)
- inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL relativos a Selic em razão de repetição de indébito tributário	30.067	25.862
- não constituição de ativos fiscais diferidos	(527.537)	(2.783)
- diferenças permanentes (líquidas)	6.668	(10.875)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>3.944</u>	<u>239.694</u>
Corrente	(1.477)	(5.123)
Diferido	5.421	244.817

b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 01/01/2024	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em 31/12/2024
Prejuízos fiscais	350.170	141.352	(8)	491.514
Base negativa de contribuição social	108.101	51.888	-	159.989
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	264.305	22.970	-	287.275
Outras diferenças temporárias	152.812	(6.441)	-	146.371
Provisão para perdas	31.221	48.657	-	79.878
Alocação de ativos a valor justo	(118.801)	(13.609)	-	(132.410)
	<u>787.808</u>	<u>244.817</u>	<u>(8)</u>	<u>1.032.617</u>
	<u>787.808</u>			<u>1.032.617</u>
	Saldo em 31/12/2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2025	
Prejuízos fiscais	491.514	(90.287)	401.227	
Base negativa de contribuição social	159.989	(15.547)	144.442	
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	287.275	(10.971)	276.304	
Outras diferenças temporárias	146.371	(114.665)	31.706	
Provisão para perdas	79.878	134.471	214.349	
Alocação de ativos a valor justo	(132.410)	102.420	(29.990)	
	<u>1.032.617</u>	<u>5.421</u>	<u>1.038.038</u>	
	<u>1.032.617</u>		<u>1.038.038</u>	

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	2025	Ativo 2024
2025	-	119.349
2026	82.061	124.362
2027	143.632	193.829
2028	163.525	124.168
2029	152.672	193.096
2030 em diante	496.148	277.813
	<u>1.038.038</u>	<u>1.032.617</u>

d) Ativos fiscais não contabilizados: Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais não operacionais,

a Companhia não contabilizou uma parcela de ativo fiscal de R\$ 535.600 (R\$ 8.067 em 31/12/2024), os quais não têm uma data final para expirar.

8 - INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Gerdau Internacional Empreend. Ltda.-Grupo Gerdau	Gerdau Açominas Overseas Ltd.	Brasil ao Cubo S.A.	SPEs Parque Solar Barro Alto*	Sul Renováveis Participações S.A.	Paranatinga Energia S.A.	Outros	Total
Saldo em 01/01/2024	5.744.751	5.855	209.334	-	3	-	2.867	5.962.810
Resultado da equivalência patrimonial	528.433	5.010	(3.377)	-	(2)	-	(8.709)	521.355
Ajustes de avaliação patrimonial	1.573.623	-	-	-	-	-	-	1.573.623
Aquisição de controladas ^(a)	-	-	-	98.497	-	-	-	98.497
Aumento de capital social ^(b)	-	-	-	-	-	-	9.564	9.564
Capitalização de adiantamento de capital ...	-	-	-	-	-	-	3.652	3.652
Compra vantajosa em aquisição de participação societária	-	-	(11.195)	-	-	-	-	(11.195)
Dividendos/Juros sobre capital próprio	(322.037)	-	(3.709)	-	-	-	(377)	(326.123)
Saldo em 31/12/2024	<u>7.524.770</u>	<u>10.865</u>	<u>191.053</u>	<u>98.497</u>	<u>1</u>		<u>6.997</u>	<u>7.832.183</u>
Resultado da equivalência patrimonial	812.593	(326)	(3.550)	2.929	9.241	3.942	(11.657)	813.172
Ajustes de avaliação patrimonial	(755.872)	-	-	-	-	-	-	(755.872)
Aquisição de controladas ^(a)	-	-	-	-	-	229.970	42.931	272.901
Aumento de capital social ^(b)	-	-	-	138.438	169.413	-	15.364	323.215
Redução de capital social ^(c)	-	-	-	(11.115)	(2.742)	-	-	(13.857)
Alienação de controlada	-	(10.539)	-	-	-	-	-	(10.539)
Capitalização de adiantamento de capital ...	-	-	-	-	-	-	3	3
Compra vantajosa em aquisição de participação societária	-	-	-	-	-	-	3.642	3.642
Dividendos/Juros sobre capital próprio	(511.803)	-	-	-	(6.405)	(2.471)	(600)	(521.279)
Saldo em 31/12/2025	<u>7.069.688</u>	<u>-</u>	<u>187.503</u>	<u>228.749</u>	<u>169.508</u>	<u>231.441</u>	<u>56.680</u>	<u>7.943.569</u>
Participação no capital total (%)	20,76%		44,66%	79,55%	68,14%	100%		

(*) SPEs Parque Solar Barro Alto (SPE Barro Alto V, SPE Barro Alto VI e SPE Barro Alto VII). Em 31/12/2025 os valores de Ajustes de avaliação patrimonial referem-se a R\$ (764.503) de Outros resultados abrangentes (R\$ 1.594.948 em 31/12/2024) e R\$ 8.632 de Efeitos com plano de incentivo de longo prazo em controladas (R\$ (21.325) em 31/12/2024).

a) Aquisição de controladas: a.1) Comercial Gerdau Aços Planos Ltda.: Em 11/04/2025, a Companhia efetuou a aquisição de 100% do capital da Kloeckner Metals Brasil Ltda. junto a Klöckner & Co.SE, pelo preço de aproximadamente R\$ 42,9 milhões, e como resultado da aquisição, a Companhia obteve um ganho por compra vantajosa de R\$ 3,6 milhões, em virtude de o preço da aquisição ter sido inferior ao valor justo da empresa adquirida, tendo sido o ganho reconhecido no resultado do exercício. O preço de aquisição foi pago à vista com recursos próprios disponíveis. Em ato seguinte a aquisição, a Companhia alterou o nome da sua nova controlada para Comercial Gerdau Aços Planos Ltda.. A empresa adquirida tem por objeto social o comércio de produtos siderúrgicos e corte e dobra de metais, dentre outros. Os montantes reconhecidos como receitas e lucro líquido no exercício, atribuíveis a Comercial Gerdau Aços Planos Ltda., incluídas nas Demonstrações Financeiras da Companhia desde a data da aquisição não são materiais. Adicionalmente, as receitas e o lucro líquido que seriam gerados pela Comercial Gerdau Aços Planos Ltda. para o exercício findo em 31/12/2025, caso o controle tivesse sido obtido no início do exercício, também não seriam significativos. **a.2) Paranatinga Energia S.A.:** Em 28/04/2025, a Companhia, concluiu, junto à Atiaia Energia S.A., a aquisição da totalidade das ações da Paranatinga Energia S.A., detentora da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) denominada Paranatinga II pelo preço de R\$ 197,2 milhões, líquido do caixa consolidado de R\$ 32,8 milhões. O preço de aquisição foi pago à vista, com recursos próprios disponíveis. Esta PCH está localizada no estado do Mato Grosso e fornecerá energia renovável para as unidades produtoras de aço das empresas da Gerdau no Brasil, em regime de autoprodução. A aquisição desse ativo está alinhada à estratégia da Gerdau de gerar maior competitividade no custo dos seus negócios, aumentando a autoprodução de energia limpa. A Companhia efetuou a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Paranatinga Energia S.A. e a tabela a seguir resume o valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição do controle da empresa:

	Valor dos livros	Ajustes da Aquisição	Valor justo da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	32.805	-	32.805
Outros ativos circulantes	3.318	-	3.318
Imobilizado	59.818	-	59.818
Outros intangíveis	7.322	129.069	136.391
Outros ativos não circulantes	159	-	159
Passivos circulantes	(2.318)	-	(2.318)
Passivos não circulantes	(203)	-	(203)
Ativos (passivos) líquidos	100.901	129.069	229.970
Preço total de compra considerado</			

perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 452.254 (R\$ 199.627 em 2024), decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso) e foram registradas na linha de Perdas pela não recuperabilidade de ativos na Demonstração do Resultado. As taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas para este teste foram de 11,75%. **d)** As adições de imobilizado em 2025 incluem efeito não caixa de R\$ 33.327 em virtude de desembolsos de caixa acima das adições de imobilizado (desembolsos de caixa abaixo das adições de imobilizado de R\$ 20.156 em 2024).

10 - ATIVO BIOLÓGICO |

A movimentação do ativo biológico está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício.....	1.308.210	1.087.138
Adições.....	186.860	242.632
Exaustão.....	(66.985)	(58.138)
Valor justo.....	32.515	47.837
Baixas.....	(52.706)	(11.259)
Saldo no final do exercício.....	1.407.894	1.308.210

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo de florestas de eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de carvão vegetal. Os fluxos de caixa projetados são consistentes com o ciclo de crescimento da área plantada. O volume de produção de eucalipto a ser colhido foi estimado considerando a produtividade média em metros cúbicos de madeira plantada por hectare no momento da colheita.

11 - OUTROS INTANGÍVEIS |

Referem-se, substancialmente, ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

Saldo em 01/01/2024.....	88.650
Aquisição.....	65.555
Amortização.....	(44.739)
Baixa.....	(2.334)
Saldo em 31/12/2024.....	107.132
Aquisição.....	84.369
Amortização.....	(71.701)
Saldo em 31/12/2025.....	119.800
Vida útil estimada.....	Até 3 anos

12 - ARRENDAMENTO MERCANTIL |

a) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento mercantil:

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Arrendamento mercantil bruto					
Saldo em 01/01/2024.....	313.691	412.312	131.907	26.370	884.280
Adições.....	3.920	75.688	-	1.587	81.195
Baixas.....	-	(72.344)	-	-	(72.344)
Remensurações.....	75.323	42.686	8.493	2.375	128.877
Saldo em 31/12/2024.....	392.934	458.342	140.400	30.332	1.022.008
Adições.....	10.907	-	-	31.514	42.421
Baixas.....	-	(3.959)	-	(1.587)	(5.466)
Remensurações.....	6.598	60.866	2.681	6.858	77.003
Saldo em 31/12/2025.....	410.439	515.249	143.081	67.117	1.135.886

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Depreciação acumulada					
Saldo em 01/01/2024.....	(151.915)	(226.309)	(68.830)	(12.350)	(459.404)
Depreciação.....	(38.760)	(95.189)	(13.696)	(5.480)	(153.125)
Baixas.....	-	57.057	-	-	57.057
Saldo em 31/12/2024.....	(190.675)	(264.441)	(82.526)	(17.830)	(555.472)
Depreciação.....	(37.059)	(94.518)	(14.905)	(10.825)	(157.307)
Baixas.....	-	3.822	-	752	4.574
Saldo em 31/12/2025.....	(227.734)	(355.137)	(97.431)	(27.903)	(708.205)

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Arrendamento mercantil líquido					
Saldo em 31/12/2024.....	202.259	193.901	57.874	12.502	466.536
Saldo em 31/12/2025.....	182.705	160.112	45.650	39.214	427.681

b) Arrendamento mercantil a pagar: Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas onde a Companhia tem operações, ajustadas pelo *spread* de crédito da Companhia, onde em 31/12/2025 as taxas de desconto se situaram entre 12,7% a.a. a 15,2% a.a., (12,7% a.a. a 13,1% a.a. em 31/12/2024), variando conforme o prazo de duração do arrendamento mercantil.

Vencimento arrendamento mercantil	2025	2024
2025.....	-	145.833
2026.....	147.344	109.851
2027.....	114.871	86.087
2028.....	75.277	56.971
2029.....	35.673	24.964
2030 em diante.....	109.998	96.035
	483.163	519.741

Arrendamento mercantil a pagar		
Passivo circulante.....	147.344	145.833
Passivo não circulante.....	335.819	373.908
Despesa de juros do exercício.....	58.912	57.486

13 - FORNECEDORES (Fornecedores e Fornecedores risco sacado) |

	2025	2024
Fornecedores.....	900.033	1.165.596
Fornecedores risco sacado.....	87.536	111.549
	987.569	1.277.145

Em “Fornecedores” a Companhia apresenta os saldos a pagar oriundos de aquisições de bens e serviços no mercado doméstico onde a Companhia opera. A Companhia possui contratos junto a instituições financeiras com objetivo de permitir aos seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis através de operação denominada “Fornecedores risco sacado”. Nessa operação os fornecedores podem transferir a seu critério, o direito de recebimento dos títulos para uma instituição financeira, que por sua vez, passa a ser a detentora dos direitos dos recebíveis dos fornecedores. A taxa média de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras foi realizada conforme condições de mercado. A transferência do direito de recebimento dos títulos da Companhia, a critério do fornecedor, não muda o prazo de pagamento como também não implica no pagamento de juros por parte da Companhia, na medida que o custo financeiro de tal transferência é de responsabilidade do fornecedor, desta forma, o prazo de pagamento dos fornecedores risco sacado varia entre 7 e 132 dias, sendo o mesmo prazo de pagamento para os fornecedores que não optam por antecipar seus recebíveis através da operação denominada “Fornecedores risco sacado”.

	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024
Saldo de Fornecedores risco sacado.....	87.536	111.549	133.449
Valores recebidos pelos fornecedores junto às instituições financeiras que fazem parte do acordo de financiamento - risco sacado, em relação ao saldo em aberto mencionados acima.....	85.145	108.962	130.327

Os valores contábeis dos passivos sob o acordo de financiamento do fornecedor são considerados aproximações razoáveis de seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo. A Companhia mantém permanente acompanhamento da composição da carteira e das condições estabelecidas com os fornecedores, as quais não sofreram alterações significativas em relação ao que vinha sendo praticado historicamente.

14 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES |

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (BRL).....	971.172	456.448
Debêntures (BRL).....	752.309	617.309
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures.....	1.723.481	1.073.757
Circulante.....	194.886	420.099
Não circulante.....	1.528.595	653.658
Valor do principal.....	1.689.910	1.060.204
Valor dos juros.....	33.571	13.553
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures.....	1.723.481	1.073.757

Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As debêntures, denominadas em reais, são indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A taxa média ponderada nominal de juros dos empréstimos e financiamentos em 31/12/2025 é de 14,30% (12,92% em 31/12/2024). A Companhia possui debêntures denominadas em reais, sem preferência a não conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). O vencimento destas debêntures é em 30/03/2027. Em 31/12/2025, a Companhia possui 12.769 debêntures em circulação, as quais foram captadas pela sua controladora GerdaU S.A., no montante de R\$ 752.309 (R\$ 617.309 em 31/12/2024). A taxa média ponderada nominal de juros das debêntures em 31/12/2025 é de 14,32% (10,88% em 31/12/2024). O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures é o seguinte:

	2025	2024
2026.....	-	11.781
2027.....	1.513.601	628.601
2028.....	7914	6.195
2029.....	3.540	3.540
2030.....	3.540	3.541
	1.528.595	653.658

a) Linhas de crédito e contas garantidas: Em setembro de 2022, a controladora GerdaU S.A. concluiu a renovação da Linha de Crédito *Revolver* Global no valor total de US\$ 875 milhões (equivalentes a R\$ 4.815 milhões em 31/12/2025) que possui vencimento em setembro de 2027. A operação visa prover liquidez às unidades da América do Norte e América Latina, incluindo o Brasil. As empresas GerdaU S.A., GerdaU Agominas S.A. e a Companhia prestam garantia nesta transação. Em 31/12/2025, não havia saldo devedor desta operação. A Companhia não está sujeita a cláusulas de *default (covenants)* atreladas a índices financeiros. As cláusulas não-financeiras de performance vêm sendo cumpridas. **b) Principais captações em Empréstimos e Financiamentos:** Em abril de 2025, a Companhia realizou uma captação de dívida lastreada em atividades agrícolas no valor de R\$ 750 milhões junto a uma instituição financeira de primeira linha, com vencimento previsto para outubro de 2027. Em agosto de 2025, a Companhia realizou captação de dívida de curto prazo junto a instituições financeiras de primeira linha, no valor total de R\$ 150 milhões e com vencimento previsto em 6 meses. Esta captação foi feita em conjunto com um instrumento financeiro derivativo protetivo, cujo objetivo é representar, no conjunto das duas operações, um custo indexado ao CDI. **c) Principais liquidações em Empréstimos e Financiamentos:** Em dezembro de 2025, a Companhia liquidou integralmente obrigação financeira no valor de R\$ 428 milhões. Esta operação esteve associada a um instrumento financeiro derivativo com finalidade de proteção, cuja liquidação ocorreu na mesma data, extinguindo simultaneamente os riscos vinculados.

15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS |

a) Considerações gerais: A GerdaU Aços Longos S.A., suas controladas, coligadas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos de mercado são administrados através de estratégias de mercado discutidas e compartilhadas com a alta gestão e conforme as diretrizes internas e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Fornecedores risco sacado, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Partes relacionadas, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes. **b) Valor justo:** O valor justo de Empréstimos, financiamentos e debêntures são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. **c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de preço das commodities:** É o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar em um mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. Ademais, a Companhia pode contratar derivativos com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Secured Overnight Financing Rate (SOFR)* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** É o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira, a geração de caixa em suas controladas e os investimentos no exterior compensam a exposição gerada por seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, podendo haver um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. **Risco de crédito:** Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores de terceiros decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações financeiras. Para atenuar esse risco é feita a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limites de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. As operações financeiras são realizadas em instituições de primeira linha e com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências de *rating* e parâmetros de mitigação de risco definidos na diretriz interna da Companhia. **Risco de liquidez:** As diretrizes internas da Companhia preveem limites de carência e determinam a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentados na Nota 14.

Análises de sensibilidade:

Impacto na Demonstração dos Resultados	Variação	2025	2024
Premissa			
Variações na moeda estrangeira - Dívidas.....	5%	-	29.005
Variações na moeda estrangeira - Importações/Exportações.....	5%	496	656
Variações nas taxas de juros.....	10 bps	4.590	2.393
Variações no preço dos produtos vendidos.....	1%	151.961	152.366
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos.....	1%	115.808	110.010
Derivativos de <i>commodities</i>	5%	4.130	4.352
<i>Swaps</i> IPCA x CDI.....	5%	85	-

Variações na moeda estrangeira: Em 31/12/2025, a Companhia estava exposta principalmente às variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem *hedge*. Nesta análise, para as variações de moeda estrangeira, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria uma receita de R\$ 0 (R\$ 29.005 em 31/12/2024), caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Já para as variações de moeda estrangeira nas importações e exportações, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria uma receita de R\$ 496 (R\$ 656 em 31/12/2024), caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor entre os exercícios apresentados, respectivamente e impactaria a conta de Variação Cambial na Demonstração dos Resultados. **Variações nas taxas de juros:** Considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta R\$ 4.590 em 31/12/2025 (R\$ 2.393 em 31/12/2024) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos, financiamentos e debêntures, são apresentadas na Nota 14, e são principalmente compostas por CDI - Certificado de Depósito Interbancário. **Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos no exercício de 2025, totaliza R\$ 151.961 (R\$ 152.366 em 31/12/2024) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 115.808 em 31/12/2025 (R\$ 110.010 em 31/12/2024). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas. **Análise de sensibilidade de derivativos de commodities:** A Companhia possui exposição a derivativos de *commodities* (energia) para alguns de seus passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do preço da *commodities*, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do preço da *commodities* representa uma receita de R\$ 4.130 (R\$ 4.352 em 31/12/2024), e uma diminuição de 5% do preço da *commodities* representa uma despesa em 31/12/2025 do mesmo valor. Os efeitos da marcação a mercado destes derivativos foram registrados na Demonstração dos Resultados. **Análise de sensibilidade dos swaps IPCA x CDI: (operação de troca da variação do IPCA por uma taxa de juros em Reais):** A Companhia possui *swaps* IPCA x CDI para proteção de alguns de seus Empréstimos, financiamentos e debêntures. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera o impacto no MTM de um aumento de 5% na curva de juros reais para todos os vértices das respectivas operações. Esta variação representaria uma despesa de R\$ 85 (R\$ 0 em 31/12/2024). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

d) Instrumentos financeiros por categoria:

					2025
Ativos	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Total	Passivos	Custo amortizado
Contas a receber de clientes.....	1.278.696	-	1.278.696	Fornecedores.....	900.033
Partes relacionadas...	94	-	94	Fornecedores risco sacado.....	87.536
Outros ativos circulantes.....	141.479	20.113	161.592	Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	1.723.481
Outros ativos não circulantes.....	186.653	-	186.653	Partes relacionadas.....	180.208
				Outros passivos circulantes.....	297.330
				Outros passivos não circulantes.....	51.478
	1.606.922	20.113	1.627.035		3.240.066

					2024
Ativos	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Total	Passivos	Custo amortizado
Contas a receber de clientes.....	1.214.520	-	1.214.520	Fornecedores.....	1.165.596
Partes relacionadas.....	658	-	658	Fornecedores risco sacado.....	111.549
Outros ativos circulantes.....	111.872	16.921	128.793	Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	1.073.757
Outros ativos não circulantes.....	58.835	-	58.835	Partes relacionadas.....	580.181
				Outros passivos circulantes.....	347.001
				Outros passivos não circulantes.....	117.226
	1.385.885	16.921	1.402.806		3.395.310

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à minimização dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras da Companhia na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido. **Política de uso de derivativos:** A Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu diretrizes para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de apuração do valor justo:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado por meio de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros e/ou de moeda, contratos futuros ou a termo e contratos de opções. **Contratos de Swap:** A Companhia pode contratar operação de contrato *swap*, por meio da qual troca índices de taxa de juros ou moeda local e/ou estrangeira. As contrapartes são sempre instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. **f) Mensuração do valor justo:** Os CPCs definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. Os CPCs descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Conforme detalhado na Nota 15.d, em 31/12/2025 e 31/12/2024, a Companhia mantinha certos ativos classificados como Ativos a valor justo por meio do resultado e passivos classificados como Passivos a valor justo por meio do resultado, cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Os ativos e passivos financeiros da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes, são mensurados por técnica de avaliação que utiliza apenas dados observáveis de mercado (Nível 2).





GERDAU

O futuro se molda

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 07.358.761/0001-69

CONTINUAÇÃO						
g) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Conforme requerido pelo CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:						
	Alterações caixa	Alterações não caixa				
	Recebidos	Despesa de				
	(pagos) de	juros sobre				
Saldo em	atividade de	pagamento	dividas e	Variação		Saldo em
01/01/2024	financiamento	de juros	sobre mútuos	outros		31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures e Valor justo de derivativos	1.397.276	(315.169)	(190.936)	179.268	3.318	1.073.757
Arrendamento mercantil a pagar	475.015	(148.645)	(57.486)	57.486	193.371	519.741
Partes relacionadas, líquidas.....	866.129	(519.957)	-	57.075	176.276	579.523
	Alterações caixa	Alterações não caixa				
	Recebidos	Despesa de				
	(pagos) de	juros sobre				
Saldo em	atividade de	pagamento	dividas e	Variação		Saldo em
31/12/2024	financiamento	de juros	sobre mútuos	outros		31/12/2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures e Valor justo de derivativos	1.073.757	598.939	(148.077)	161.921	36.941	1.723.481
Arrendamento mercantil a pagar	519.741	(154.959)	58.912	(58.912)	118.381	483.163
Partes relacionadas, líquidas.....	579.523	(366.194)	-	25.648	(58.675)	180.302
16 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER						
				2025	2024	
Circulante						
Encargos sociais sobre folha de pagamento				34.248	33.726	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços				56.506	33.357	
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social				5.074	4.348	
Imposto Sobre Serviços retido na fonte				4.065	4.341	
Imposto sobre Produtos Industrializados				3.912	4.333	
Programa de Integração Social e outros				18.608	17.059	
				122.413	97.164	
17 - PASSIVOSTRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS						
A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:						
I) Provisões						
a) Provisões tributárias.....				652.665	596.519	
b) Provisões trabalhistas.....				131.707	169.717	
c) Provisões cíveis				28.286	78.690	
				812.658	844.926	
a) Provisões tributárias: As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. b) Provisões trabalhistas: A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. c) Provisões cíveis: A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:						
				2025	2024	
Saldo no início do exercício.....				844.926	777.365	
(+) Adições.....				70.724	106.407	
(+) Atualização monetária				50.039	56.703	
(-) Reversão de valores provisionados				(153.031)	(95.549)	
Saldo no final do exercício				812.658	844.926	
II) Passivos contingentes não provisionados: Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. a) Contingências tributárias: a.1) A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 947.479 (R\$ 579.976 em 31/12/2024). a.2) A Companhia é parte em demandas que tratam de outros tributos, especialmente PIS/COFINS e IPI. O valor total das discussões importa em R\$ 2.386.588 (R\$ 2.219.119 até 31/12/2024). a.3) A Companhia é parte em processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte cobrado sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de “Pré-pagamento de Exportações” (PPE) ou de “Recebimento Antecipado de Exportações” (RAE), no valor de R\$ 759.834 (R\$ 880.730 em 31/12/2024), que correspondem a quatro processos que tramitam na esfera administrativa, sendo que, um processo apresentamos Recurso Voluntário que foi julgado, por unanimidade de votos, favorável pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) para cancelar integralmente o lançamento de IRPJ e CSLL, três processos apresentamos Recurso Especial que estão pendentes de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), após julgamento dos embargos de declaração não conhecidos, apresentados em face dos acórdãos que, por voto de qualidade, negaram provimento aos Recursos Voluntários interpostos pela Companhia. a.4) A Companhia é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica -IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido- CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 5.864.590 (R\$ 5.614.712 em 31/12/2024), dos quais: (i) R\$ 2.596.421 (R\$ 2.467.668 em 31/12/2024) correspondem a dois processos da Companhia que se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantias judiciais, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, sendo que, nos Embargos à Execução ajuizados pela Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Comercial de Aços S.A.), o Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou provimento às apelações da Gerdau e da Fazenda Nacional, bem como à remessa necessária, e conheceu parcialmente os Embargos de Declaração da Companhia e não conheceu os Embargos de Declaração da União, mantendo a sentença de procedência dos Embargos à Execução Fiscal da Companhia; no outro processo da Companhia, em julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foi negado provimento ao recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional, conhecido parcialmente os Embargos de Declaração da Companhia e não conhecido os Embargos de Declaração da União, mantendo-se a sentença favorável à Companhia, sendo que ambas as partes apresentaram Recurso Especial e a União apresentou Recurso Extraordinário que aguardam o juízo de admissibilidade e respectivo julgamento, (ii) R\$ 408.041 (R\$ 384.697 em 31/12/2024) correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, tendo o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negado provimento ao recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional contra a sentença que julgou procedente os Embargos à Execução e reconheceu a insubsistência do lançamento fiscal, tendo ainda negado provimento aos Embargos de Declaração de ambas as partes e ao Agravo Interno da União, estando pendente de admissibilidade e julgamento o Recurso Especial e Extraordinário da União, e o Recurso Especial da Companhia; (iii) R\$ 383.502 (R\$ 360.285 em 31/12/2024) correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa encerrou se encontra em discussão judicial, na qual, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, deu provimento ao recurso de apelação da Companhia para reformar a sentença que julgara improcedentes os Embargos à Execução Fiscal e reconhecer a nulidade dos títulos executivos que embasaram a Execução Fiscal, tendo sido apresentados Embargos de Declaração pela União e pela Companhia parcialmente providos, admitido o Recurso Especial da Companhia e inadmitido o Recurso Especial da União, estando pendente o julgamento do Agravo da União contra a decisão que não admitiu o seu Recurso Especial; (iv) R\$ 6.637 (R\$ 6.257 em 31/12/2024) correspondem a um processo da Companhia, cuja discussão administrativa se encerrou, e que se encontra em trâmite na primeira instância aguardando sentença nos Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia, atualmente suspensos; (v) R\$ 741 (R\$ 101.719 em 31/12/2024) correspondem a um processo cuja discussão administrativa se encerrou, e se encontra em discussão judicial, em que foi proferida decisão acatando o pedido de extinção da Execução Fiscal em face do deferimento do pedido de revisão da inscrição em dívida ativa, feito pela Companhia, e que acarretou na extinção total dos débitos em razão da exclusão das multas e, consequentemente, dos juros de mora e do encargo-legal, por força do disposto no § 9º-A do art. 25 do Decreto Nº 70.235/72 c/c o art. 15 da Lei Nº 14.689/2023, tendo a Companhia interposto recurso de apelação que foi provido para condenar a União em honorários sucumbenciais, decisão objeto de Embargos de Declaração por ambas as partes que não foram admitidos, estando pendente o juízo de admissibilidade dos Recursos Especiais de ambas as partes, e do Recurso Extraordinário da União; (vii) R\$ 286.671 (R\$ 719.697 em 31/12/2024) correspondem a um processo judicial da Companhia em que se discute o lançamento mantido na esfera administrativa em sede de Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia, julgado improcedente em primeira instância judicial e apresentaremos o respectivo Recurso de Apelação para que ocorra o julgamento colegiado no âmbito do Tribunal Regional da 2ª Região; (ix) R\$ 775.120 (R\$ 177.719 em 31/12/2024) correspondem a um processo administrativo que após parcial provimento ao Recurso Voluntário e inadmissão do Recurso Especial da Fazenda Nacional, aguarda-se a intimação da decisão que inadmitiu o Agravo interposto pela Fazenda Nacional; (x) R\$ 689.134 (R\$ 493.284 em 31/12/2024) correspondem a um processo administrativo em trâmite perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em que, por voto de qualidade, foi negado provimento ao Recurso Voluntário interposto pela Companhia na questão de mérito, tendo sido admitido o recurso especial interposto pela Fazenda Nacional, e parcialmente admitido o Recurso Especial interposto pela Companhia, restando aguardar o julgamento dos recursos especiais; (xi) R\$ 190.252 (R\$ 0 em 31/12/2024) correspondem a um processo da Gerdau Aços Longos S.A., que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, estando pendente de julgamento o recurso de apelação interposto contra a sentença que julgou improcedentes os Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia; e (xii) R\$ 528.071 (R\$ 0 em 31/12/2024) correspondem a um processo da Companhia, e que se encontra em discussão judicial, tendo o Tribunal Regional Federal da 2ª Região desprovido os recursos de apelação interposto pelas partes, conhecido parcialmente os Embargos de Declaração da Companhia e não conhecendo os Embargos de Declaração da União, mantendo a sentença de procedência dos Embargos à Execução Fiscal da Companhia. b) Contingências cíveis: A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 428.722 (R\$ 386.086 em 31/12/2024). Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. c) Contingências trabalhistas: A Companhia é parte em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 707.458 (R\$ 656.335 em 31/12/2024). Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. III) Depósitos judiciais: A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:						
				2025	2024	
Tributários				14.709	149.058	
Trabalhistas				18.447	20.351	
Cíveis				18.430	18.119	
				51.586	187.528	
Durante o ano de 2025 ocorreu o levantamento de depósitos judiciais de natureza tributária devido a decisões judiciais sobre os processos em andamento.						
18 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS						
a) Composição dos saldos de empréstimos/financiamentos						
				2025	2024	
Mútuos ativos						
Empresa controladora						
Gerdau S.A.				3	52	
Outras partes relacionadas						
Gerdau Açominas S.A.				91	606	
				94	658	
Mútuos passivos						
Outras partes relacionadas						
Gerdau Açominas Overseas Ltd.				(180.208)	(580.103)	
Outros.....				-	(78)	
				(180.208)	(580.181)	
Despesas financeiras, líquidas.....				(25.648)	(57.075)	
b) Operações Comerciais						
				2025	2024	
	Compras	Vendas	Contas a receber (a pagar)	Contas a receber (a pagar)		
Empresa controladora						
Gerdau S.A.	224.746	369.011	27.948	73.764		
Empresas controladas						
Comercial Gerdau Aços Planos Ltda.	64.241	22.809	(15.874)	-		
Paranatinga Energia S.A.	8.048	-	-	-		
Outras partes relacionadas						
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	-	491.274	280.173	30.052		
Gerdau Açominas S.A.	2.954.032	146.926	(275.900)	(335.434)		
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	3.122	75	-	1.492		
G2 Adições Minerais e Químicas S.A.	378	-	-	(41)		
G2base Fundações e Contensões Ltda.	150	-	(14)	-		
G2L Logística S.A.	677.398	-	(26.152)	(31.758)		
Rio do Sangue Energia S.A.	11.377	-	-	-		
Gerdau Laísa S.A.	-	33.548	2.226	1.259		
Sipar Aceros S.A.	-	58.536	2.100	4.592		
Siderco S.A.	-	23.763	1.466	6.971		
Outros.....	840	5.673	28	153		
c) Condições de preços e encargos: Os contratos de empréstimos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas fixas e/ou de mercado, como SOFR, mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. d) Debêntures: Em 31/12/2025, a Companhia tem debêntures emitidas, as quais foram captadas pela sua controladora Gerdau S.A., no montante de R\$ 752.309 (R\$ 617.309 em 31/12/2024) e que geraram despesa financeira de R\$ 53.449 no exercício de 2025 (R\$ 36.839 no exercício de 2024). e) Avals concedidos: A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Açominas S.A., e a controladora Gerdau S.A., prestam garantia às partes relacionadas Gerdau Trade Inc. e GUSAP III LP, nas emissões de bonds com vencimento em 2027, 2035 e 2044 no montante de R\$ 7,2 bilhões em 31/12/2025 (R\$ 8,6 bilhões em 31/12/2024). f) Avals recebidos: Em 31/12/2025, há um total de R\$ 25,1 milhões em avals recebidos da controladora Gerdau S.A. em contratos de financiamentos e de venda e compra de energia elétrica (R\$ 415,5 milhões em 31/12/2024). A Companhia, em conjunto com a empresa Gerdau Açominas S.A., receberam garantia da controladora Gerdau S.A. em contratos de venda e compra de energia elétrica e gás natural, no montante de R\$ 731 milhões em 31/12/2025 (R\$ 121,2 milhões em 31/12/2024). g) Remuneração da Administração: No exercício findo em 31/12/2025, o custo com remuneração da Administração, em salários, remuneração variável, benefícios, plano de contribuição definida e planos de incentivos de longo prazo foi de R\$ 22.548 (R\$ 27.816 em 31/12/2024). O custo com encargos sociais da Administração totalizou R\$ 5.304 em 31/12/2025 (R\$ 6.545 em 31/12/2024). h) Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 25/02/2025 a controladora Gerdau S.A. efetuou um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 1.300 milhões. Este adiantamento foi capitalizado em 25/04/2025, por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.						
19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS						
a) Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego: A Companhia patrocina plano de pensão de benefício definido, administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada (GPrev), entidade fechada de previdência complementar, que foram saldados no ano de 2010 e inclui somente os participantes que decidiram não transferir a reserva para um novo plano de contribuição definida e, desta forma, optaram por manter o benefício saldato no plano de benefício definido que vem sendo corrigido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego: A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 28.779 em 2025 (R\$ 27.743 em 2024). Saldo reconhecido como Ganhos antecipados com plano de pensão em 31/12/2025 foi R\$ 4.569 (R\$ 5.157 em 31/12/2024).						
20 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS						
A Companhia reconheceu, na linha de “Provisão para passivos ambientais”, com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 86.937 em 31/12/2025, sendo R\$ 61.227 no passivo circulante e R\$ 25.710 no passivo não circulante (R\$ 78.454 em 31/12/2024, sendo R\$ 43.487 no passivo circulante e R\$ 34.967 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.						
21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
a) Capital social: Em 31/12/2025, estão subscritas e integralizadas 1.330.707 ações, sendo 1.330.596 ações ordinárias e 111 ações preferenciais, todas sem valor nominal, totalizando o capital social realizado de R\$ 6.857.648 (em 31/12/2024, estavam subscritas e integralizadas 1.227.671 ações, sendo 1.227.569 ações ordinárias e 102 ações preferenciais, todas sem valor nominal, totalizando o capital social realizado de R\$ 5.554.212). Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.300 milhões, passando de R\$ 5.554.212 para R\$ 6.854.212, mediante a emissão de 103.027 novas ações ordinárias e 9 novas ações preferenciais, todas sem valor nominal, mediante capitalização de Adiantamentos para futuro aumento de capital. Em 17/07/2025, na Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 3.436, passando de R\$ 6.854.212 para R\$ 6.857.648. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. b) Reserva de capital: Refere-se principalmente à reserva de ágio, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97. c) Reservas de lucros: I) Legal - Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. II) Incentivos fiscais - Pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. A reserva se refere a incentivos fiscais de natureza estadual e federal. Durante o exercício de 2025 foi constituída Reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 3.436 através de reclassificação da Reserva de investimentos e capital de giro. III) Investimentos e capital de giro - Reserva estatutária composta pela parcela de lucros não distribuída aos acionistas, prevista no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. d) Ajustes de avaliação patrimonial: A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, efeitos com plano de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. e) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. Em decorrência do prejuízo líquido apurado no exercício, a Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que o valor seja absorvido pela Reserva de Investimentos e Capital de Giro, conforme demonstrado a seguir:						
				2025	2024	
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício.....				(638.060)	91.847	
Dividendos e juros sobre capital próprio.....				-	(27.554)	
(Prejuízo) Lucro líquido remanescente.....				(638.060)	64.293	
Constituição de reserva de investimento e capital de giro				-	(64.293)	
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva de lucros - investimento e capital de giro				638.060	-	
22 - RESULTADO POR AÇÃO						
				2025	2024	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)				
Numerador						
(Prejuízo) Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(638.007)	(53)	(638.060)	91.839	8	91.847
Denominador						
Média ponderada de ações	1.290.970	108	1.292.569	102		
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	(494,21)	(494,21)	74,81	74,81		
23 - RECEITA LÍQUIDA DEVENDAS						
				2025	2024	
Receita bruta de vendas				18.637.201	18.601.248	
Impostos incidentes sobre vendas				(3.421.251)	(3.349.460)	
Descontos				(19.890)	(15.219)	
Receita líquida de vendas				15.196.060	15.236.569	
24 - DESPESAS POR NATUREZA						
A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:						
				2025	2024	



O futuro se molda

GERDAU AÇOS LONGOS S.A. | COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 07.358.761/0001-69

CONTINUAÇÃO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas
Gerdau Aços Longos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Gerdau Aços Longos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais” Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme descrito na Nota 2.1, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 25 de março de 2026. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1

DIRETORIA

Diretor Presidente
GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

Diretores Vice-Presidentes
MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG
MAURÍCIO METZ
RAFAEL DORNELES JAPUR

Diretores
CESAR OBINO DA ROSA PERES
FLÁVIA DIAS DA SILVA DE SOUZA
WENDEL GOMES DA SILVA

Contador
CLEMIR UHLEIN
CRC RS 044.845/O-8-S-RJ
CPF nº 424.614.210-72

